

09/12/2014

SEGUNDA TURMA

**EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 700.126 ESPÍRITO SANTO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. TEORI ZAVASCKI</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: GASTAO CALMON E OUTRO(A/S)</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: VICTOR BELIZARIO COUTO E OUTRO(A/S)</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO IPAJM</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: AIRTON SIBIEN RUBERTH</b>

EMENTA: ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA APOSENTADOS QUE NÃO ERAM REMUNERADOS PELOS COFRES PÚBLICOS. EXTENSÃO DE AUMENTOS REMUNERATÓRIOS CONCEDIDOS AOS SERVIDORES ATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO. ILEGITIMIDADE. SÚMULA VINCULANTE 37. PRECEDENTE.

AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Ministro TEORI ZAVASCKI, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em receber os embargos de declaração como agravo regimental e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Brasília, 9 de dezembro de 2014.

Ministro TEORI ZAVASCKI  
Relator

**09/12/2014**

**SEGUNDA TURMA**

**EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 700.126 ESPÍRITO SANTO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. TEORI ZAVASCKI</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: GASTAO CALMON E OUTRO(A/S)</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: VICTOR BELIZARIO COUTO E OUTRO(A/S)</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO IPAJM</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: AIRTON SIBIEN RUBERTH</b>

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR):**

Trata-se de embargos de declaração contra decisão que deu provimento a recurso extraordinário ao fundamento de que o regime previdenciário próprio dos servidores públicos não se aplica aos serventuários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos.

Sustentam os embargantes, em suma, que (a) “são serventuários da Justiça que ingressaram no sistema de previdência público anteriormente ao advento da Constituição de 1988 e que se aposentaram até a data da publicação das Emendas 20/1998 e 41/2003, e que, portanto, têm inegavelmente direito adquirido à manutenção do ‘status quo’ de aposentados do serviço público e vinculados ao regime do IPAJM – Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro” (fl. 6, peça 18); (b) “durante o período em que se mantiveram no exercício de suas funções sempre foram segurados obrigatórios do IPAJM e contribuíram (e contribuem até os dias presentes, como inativos) com a seguridade social compulsória oficial” (fl. 9, peça 18).

É o relatório.

09/12/2014

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 700.126 ESPÍRITO SANTO

VOTO

**O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR):**

1. Embora os recorrentes tenham denominado o presente recurso de "embargos de declaração", pela análise de sua fundamentação, deduz-se, de forma clara e inequívoca, que objetiva reformar a decisão que deu provimento ao recurso extraordinário, e não sanar qualquer erro material, omissão, obscuridade ou contradição (art. 535 do CPC). Evidenciando-se, portanto, a finalidade do recurso de reformar a decisão em referência, recebo-o como agravo regimental.

2. A decisão agravada é do seguinte teor:

1. Trata-se de recurso extraordinário em mandado de segurança impetrado por servidores aposentados de serventias não oficializadas em face de ato do Diretor-Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro (IPAJM) e do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Pleiteiam o direito de perceber os reajustes e majorações concedidos aos servidores públicos em atividade, em razão de receberem proventos pelo citado Instituto juntamente com os servidores inativos dos outros Poderes.

Denegada a segurança em primeira instância, o TJES reformou a sentença para conceder a ordem, decidindo, no que importa ao presente recurso, que (a) os serventuários da Justiça exercem os serviços notariais e de registro por delegação, podendo ser considerados servidores públicos em sentido *lato*; (b) apesar de, em regra, os serventuários da Justiça estarem sujeitos ao regime previdenciário aplicável aos trabalhadores em geral, devem ser tratados como servidores públicos do Poder Judiciário, por terem contribuído para regime próprio de previdência na qualidade de segurados obrigatórios, conforme

**RE 700126 ED / ES**

determina a Lei Estadual 2.349/68.

No recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, III, “a”, da Constituição Federal, a parte recorrente aponta ofensa ao art. 236, *caput*, da CF/88, pois (a) a Constituição não permite tratar os exercentes de serviços notariais e de registro como servidores efetivos do Poder Judiciário, uma vez que não são funcionários públicos efetivos nem ocupantes de cargos públicos; (b) a Lei 8.935/94, ao regulamentar as atividades dos notários, oficiais de registro e de seus prepostos, estabeleceu que tais trabalhadores são vinculados à previdência social, de âmbito federal; (c) o Supremo Tribunal Federal possui jurisprudência no sentido de que não é possível a extensão de benefícios próprios dos servidores públicos a serventuários de cartórios não oficializados.

Em contrarrazões, a parte recorrida postula, preliminarmente, o não conhecimento do recurso, em razão da (a) ausência de repercussão geral; (b) inexistência de ofensa constitucional direta; (c) deficiência de fundamentação. No mérito, pede o desprovimento do apelo.

2. Não assiste razão aos recorridos relativamente às preliminares de não conhecimento do recurso extraordinário, o qual preenche os requisitos constitucionais e legais exigidos para a sua admissão. Sobre os óbices alegados, cumpre dizer que (a) o apelo trata de ofensa constitucional direta, sendo desnecessária a análise da legislação ordinária; e (b) o recurso extraordinário está adequadamente fundamentado.

Quanto à repercussão geral, dispõe o § 3º do art. 543-A do CPC que haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal. É o que ocorre no caso, como se demonstrará a seguir.

No que toca às decisões monocráticas de Relatores no STF referidas pelos recorridos em sede de memoriais (vol. 15 dos autos eletrônicos), o entendimento nelas manifestado não pode ser aplicado, porque (a) não incidem os óbices das Súmulas 279

**RE 700126 ED / ES**

e 280 do STF e (b) conforme será demonstrado abaixo, o presente caso se enquadra perfeitamente na orientação assentada na ADI 2.791/PR.

3. O recurso merece prosperar. O Plenário do Supremo Federal, no julgamento da ADI 2.791/PR, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJ de 24/11/2006, decidiu que não se aplica o regime previdenciário próprio dos servidores públicos aos serventuários da justiça não remunerados pelos cofres públicos. Nesse mesmo sentido: RE 563.762-AgR, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, DJe de 1/7/2009, AI 667.424-ED, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 5/9/2012 e o RE 573.116-ED, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 8/11/2012, este último assim ementado:

Embargos de declaração em recurso extraordinário. 2. Decisão monocrática. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental. 3. Não se aplica o regime previdenciário próprio dos servidores públicos (art. 40 da CF) aos serventuários da justiça não remunerados pelos cofres públicos. ADI 2.791. 4. Eficácia retroativa. ADI-ED 2.791. Ressalva do entendimento vencido do relator. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.

No caso, o acórdão impugnado decidiu que os recorridos fazem jus aos mesmos reajustes concedidos aos servidores públicos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo. Isso porque, segundo o Tribunal de origem, o fato de terem os impetrantes contribuído, na qualidade de segurados obrigatórios, ao IPAJM, até a data de suas aposentadorias, afastaria sua submissão ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Entretanto, essa orientação não se coaduna com a jurisprudência desta Corte. No julgamento da já citada ADI 2.791, o Pleno do STF declarou inconstitucional, por ser incompatível com o art. 236 da CF/88, dispositivo de lei

**RE 700126 ED / ES**

estadual do Paraná que enquadrava os serventuários de justiça não remunerados pelos cofres públicos como segurados obrigatórios do PARANAPREVIDÊNCIA. Portanto, o fato de serem os impetrantes segurados obrigatórios do IPAJM não é suficiente para afastar a inconstitucionalidade da Lei Estadual 2.349/68.

4. Reitere-se que o requisito da repercussão geral está atendido em face do que prescreve o art. 543-A, § 3º, do CPC: *Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.*

5. Diante do exposto, com base no art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao recurso extraordinário para restabelecer a sentença.

3. Embora os agravantes efetivamente possuam direito adquirido a integrar o regime de previdência específico dos servidores públicos estaduais, por terem se aposentado antes do advento da EC 20/98 (RE 701.207-AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 30/9/2013), esse fundamento não é hábil a reverter o provimento do recurso extraordinário do Estado do Espírito Santo. Vejamos:

O presente mandado de segurança não foi impetrado com o fim de incluir os serventuários no regime previdenciário do IPAJM, mas sim com o objetivo de estender a eles os aumentos remuneratórios concedidos pelo Espírito Santo aos servidores públicos ativos do Tribunal de Justiça do Estado. Assim, o acolhimento da tese dos agravantes importaria violação à Súmula Vinculante 37, segundo a qual “*não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia*”. Nesse sentido, em caso similar, relativo ao mesmo ente federado, confira-se:

SERVENTUÁRIO DE CARTÓRIO. APOSENTADORIA.  
REVISÃO PARA INCLUIR O PAGAMENTO DE ADICIONAL  
POR ASSIDUIDADE COM BASE EM EQUIPARAÇÃO COM

**RE 700126 ED / ES**

OS SERVIDORES PÚBLICOS. ATO ADMINISTRATIVO SUJEITO AO CONTROLE DO TRIBUNAL DE CONTAS.

Ao reconhecer a serventia de cartório aposentado antes do advento da Constituição Federal e sob a égide de lei vigente, a percepção do adicional por assiduidade previsto em relação aos servidores da administração, ante a alegação de que a Carta Magna os equiparou para todos os efeitos, o acórdão violou o que assentado pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento em isonomia (Súmula 339).

A aposentadoria é ato administrativo sujeito ao controle do Tribunal de Contas, que detém competência constitucional para examinar a legalidade do ato e recusar o registro quando lhe faltar base legal.

Recurso extraordinário conhecido e provido. (RE 197.227, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, Primeira Turma, DJ de 7/2/1997)

No voto condutor do acórdão, o Ministro-relator resolveu a controvérsia nos seguintes termos:

Ao fincar sua fundamentação no exame da qualidade de servidor público do titular de serventia e considerar o **jus superveniens** que foi assegurado pelo § 4º do art. 40 da Constituição Federal, para, a partir daí, estender à impetrante vantagem concedida a servidores em geral, o julgado interpretou equivocadamente a mencionada regra, acabando por malferi-la.

A norma em comento, no que interessa a este recurso, manda estender “aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade”.

No presente caso, entretanto, o que fez o acórdão foi estender a servidor inativo, ex-titular de serventia extrajudicial, não benefício com que hajam sido especificamente contemplados por leis os serventuários da categoria, os quais

**RE 700126 ED / ES**

ostentam a singularidade de ser remunerados por meio de emolumentos pagos pelos interessados, mas vantagem própria de servidores remunerados pelos cofres públicos, com o que deu ao texto constitucional em foco interpretação por ele não comportada.

Com efeito, para que se pudesse tê-lo por aplicável à hipótese configurada nos autos, mister seria que lei especial previsse a gratificação para os titulares das serventias extrajudiciais eventualmente ainda em atividade, o que, a todas as evidências não ocorre, havendo a pretensão sido acolhida pelo acórdão, a rigor, com base no princípio da isonomia, em franca discrepância, portanto, com a orientação traçada na Súmula n. 339 do STF.

Ademais, veja-se, por sua relevância, o que foi decidido na sentença:

Tenho que os notários e registradores não mantêm qualquer vínculo jurídico com o Poder Judiciário, na qualidade de servidor público, por via de consequência, não se inserem, por óbvio, em nenhum regime jurídico, seja administrativo, ou trabalhista, mantidos pelo Poder Público com os seus servidores.

Trata-se, na realidade, de atividade privada, exercida por delegação do poder público, conforme preconiza a Carta da República no art. 236, *caput*. Inclusive, muitos cartórios mantêm servidores regido pelo regime celetista, que contribuem para a Previdência Pública Geral, o INSS.

(...)

Logo, é fácil concluir que, se os requerentes nunca pertenceram aos quadros de funcionários do Tribunal de Justiça, não há juridicidade na correção dos seus proventos consubstanciada nas leis que concederam, ou concedem aumento salarial para o pessoal da ativa.

Ademais, o Instituto de Previdência não pode ser compelido pelo Estado a proceder a qualquer correção nos proventos dos requerentes, na medida em que as correções



**RE 700126 ED / ES**

salariais do pessoal da ativa não os alcançam, já que a extensão dos reajustes beneficia tão somente o pessoal aposentado do Estado, mais precisamente, do Poder Judiciário/ES. É o princípio da legalidade que se impõe. (...)

Se isto é uma realidade inafastável na sindicabilidade desta demanda, com maior razão, o Estado-juiz está obstado de estender tais reajustes salariais para os requerentes, sem que haja parâmetros legais. É relevante registrar que a aposentadoria dos notários e registradores, não os transformam em funcionários públicos para obterem os benefícios atribuídos a estes pelo legislador, inclusive salarial.

Logo, tratando-se de categoria diversa, os requerentes não são alcançados pelo reajuste salarial concedido aos servidores do Egrégio Tribunal de Justiça, e o simples fato de terem contribuído para o IPAJM, não significa dizer que têm direito a tal reajuste, já que a alteração salarial não é implementada pela Autarquia Previdenciária, e, repita-se não são aposentados como servidores públicos do Poder Judiciário do ES.

Poder-se-ia argumentar que todo reajuste dos aposentados, cujos proventos são pagos pelo IPAJM, é implementado pelo Estado, por via de consequência, os requerentes jamais terão aumento em seus proventos. Esta é uma realidade constatada pelo Eminente Desembargador Álvaro Manoel Rosindo Bourguigno, em seu voto no MS n. 100020027254, cujo acórdão fora colacionado às fls. 75/76. Contudo, tenho que a via própria para a correção dos proventos dos requerentes é a legislativa, ou seja, deve-se produzir uma lei no parlamento competente para obrigar o IPAJM a proceder aos reajustes de seus proventos, cujo índice poderá ser igual, ou diverso daquele promovido pelo Tribunal de Justiça aos seus servidores da ativa. (fl. 2/3, peça 0)

**4. Diante do exposto, recebo os embargos de declaração como agravo regimental e nego-lhe provimento. É o voto.**

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 700.126**

PROCED. : ESPÍRITO SANTO

**RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI**

EMBTE.(S) : GASTAO CALMON E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : VICTOR BELIZARIO COUTO E OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S) : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO  
IPAJM

ADV.(A/S) : AIRTON SIBIEN RUBERTH

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, recebeu os embargos de declaração como agravo regimental e negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 09.12.2014.

Presidência do Senhor Ministro Teori Zavascki. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes e Cármen Lúcia. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Deborah Duprat.

Ravena Siqueira  
Secretária